

**ESTUDO  
DE CASO**

**PROCESSO  
SELETIVO  
2024.2**

**BELAS  
ARTES**



*PENSAMENTO CRIATIVO  
OCUPANDO ESPAÇOS*

## Muito bem-vindos à Belas Artes!

É com grande entusiasmo que recebemos todos os candidatos ao Vestibular 2024.2 da nossa instituição!

Neste processo seletivo, nosso tema central nos conduz a uma reflexão profunda sobre a sustentabilidade e a urgência de medidas ambientais. Recentemente, a tragédia ambiental no Rio Grande do Sul trouxe à tona a necessidade de uma ação mais assertiva e planejada para enfrentarmos as emergências climáticas. Reconhecemos que, embora tenhamos avançado em algumas áreas, ainda há um longo caminho a percorrer para garantirmos um futuro sustentável e seguro para todos.

Entendemos que a educação é uma ferramenta valiosa para construir a base de uma geração comprometida com valores como ética, respeito e empatia. Nossa instituição acredita no potencial transformador da educação, e por isso, encorajamos que nosso vestibular não seja apenas uma porta de entrada para a educação superior, mas também uma oportunidade para contribuir de maneira significativa para refletir sobre o futuro ambiental do Brasil.

Boa sorte a todos! Que suas ideias e propostas possam inspirar mudanças positivas e impulsionar a conscientização sobre a sustentabilidade em nosso país.

Boas reflexões a todos!

Abaixo, encontra-se um texto que traz questões referentes ao estudo de caso que será trabalhado durante o exame. Espera-se que o texto possa inspirar e auxiliar os leitores a responder às questões da prova de seu Vestibular.

## Tragédia gaúcha nos obriga à reflexão: sustentabilidade urgente!

O Brasil inteiro está de luto com a catástrofe ambiental que se abateu sobre o Rio Grande do Sul, um estado que tanto se sacrificou ao longo da história por nossa soberania, unidade territorial e também pela nossa democracia, na inesquecível Campanha da Legalidade. A devastação do meio ambiente chega acompanhada de suas consequências sociais e econômicas — o que lembra, mais uma vez, a necessidade urgente de medidas que preparem os municípios para a emergência climática. Décadas de emissão de gases poluentes na atmosfera cobram seu preço, e tragédias como a do Sul ficarão cada vez mais comuns. Calamidades desse tipo, que levavam décadas para acontecer, agora se repetem com intervalos curtos. Recentemente, em novembro de 2023, as águas do Guaíba já haviam tomado bairros de Porto Alegre, embora em magnitude muito menor.

Como reagir? O Rio, que sofre historicamente com temporais e inundações com seu clima quente e úmido, mostra ao Brasil que é possível atuar no longo prazo, reduzindo a emissão de carbono com o incentivo às energias renováveis, criando consciência ambiental nas crianças e adolescentes e estimulando os empregos verdes (postos de trabalho sustentáveis). Nossa cidade adotou o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática ainda em 2021, com metas ousadas: alcançar, em 2030, a redução de 20% das emissões de gases do efeito estufa em relação a 2017, e neutralizar as emissões em 2050, eletrificando, na ocasião, 100% da frota carioca de ônibus, entre outras medidas.

Quanto aos empregos verdes, até 2030 nossa meta é que 40% dos postos de trabalho no Rio se enquadrem nessa categoria, com ofícios não poluentes ou que incentivem, por exemplo, o transporte público, que reduz automóveis de passeio das ruas e, conseqüentemente, a “pegada” de carbono. A política municipal de educação ambiental apresenta, nas escolas, oficinas voltadas para a sustentabilidade que ensinam, por exemplo, os pequenos a reciclar. Aliás, não podemos desconsiderar o mau manejo do descarte do lixo, que prejudica o escoamento das vias, como um agravante nas enchentes.

Bairros cariocas que penaram durante muito tempo com alagamentos, como a Praça da Bandeira, se libertam dessa sina com obras como o piscinão da Praça da Bandeira, que completou dez anos. Esta solução técnica da Prefeitura do Rio armazena as águas pluviais e dos rios na época das chuvas de verão. Dessa forma, os volumes d’água são liberados de forma controlada, o que reduz as enchentes. Trata-se de uma medida que, adequada à emergência climática, mitiga danos.

Os prejuízos econômicos em consequência das inundações no Rio Grande do Sul já se aproximam de R\$ 1 bilhão, segundo a Confederação Nacional de Municípios, com R\$ 423 milhões de estragos apenas na agricultura. Isso fora os prejuízos indiretos, pois o Rio Grande do Sul produz 70% do arroz consumido no Brasil, base da nossa alimentação e produto que ficará sujeito à especulação de preços. É preciso investir pesado em educa-



ção, conscientização social, obras preventivas, remoções de populações das áreas de risco (com promoção de moradia digna) e atacar o cerne da questão, que são as causas do aquecimento global. Quem não reagir com planejamento e assertividade diante da emergência climática colecionará não apenas perdas humanas, mas pesados prejuízos à economia.

GOMES, Everton. Tragédia gaúcha nos obriga à reflexão: sustentabilidade urgente! **O Dia**, Rio de Janeiro: 13 mai. 2024. Opinião.

## O pessimismo dos cientistas climáticos

**Especialistas já não têm grandes esperanças de que mundo cumprirá a meta de temperatura global, o que amplia o desafio de reduzir os danos ambientais para mitigar os desastres naturais**

Alguns dos cientistas climáticos mais renomados do mundo estão clamando por urgência. Para a maioria deles, a meta de 1,5°C para limitar o aquecimento global até 2030, como definido pelos países no Acordo de Paris, poderá ficar inviável ainda nesta década, segundo mostrou um levantamento realizado junto a especialistas que integram o Painel Intergovernamental da ONU para Mudança do Clima (IPCC). Realizada pelo jornal britânico The Guardian, a consulta aos pesquisadores mostrou que quase 80% deles preveem um aquecimento de pelo menos 2,5°C, enquanto apenas 6% afirmaram que o limite de 1,5°C será cumprido. Tal pessimismo é resultado tanto da trajetória do aquecimento global nas últimas décadas quanto da resposta empreendida pelos governos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Mais de 30 anos após a assinatura da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima – uma recomendação do IPCC que definiu a base para a cooperação internacional sobre as questões relacionadas ao aquecimento global –, e nove anos depois do Acordo de Paris, a insuficiência da resposta parece ser um consenso, ainda que a severidade dos efeitos gere divergências. Acordada em 2015 por mais de 195 países, a meta de limitar o aumento das temperaturas globais a 1,5°C (comparada com níveis préindustriais) vem sendo perseguida desde então. Diferentes evidências mostram, no entanto, que há riscos de o mundo ultrapassar esse limiar. É uma discussão que divide a comunidade científica, inclusive sobre qual impacto cada fração a mais, ou a menos, exercerá sobre o planeta.

É muito mais uma meta política, ainda que ancorada em evidências científicas. Não está escrito nas estrelas, portanto, que descumpri-la resultará no apocalipse. Há quem preveja, para usar uma expressão de um cientista envolvido nos relatórios do IPCC, um futuro “semi-distópico”, como fome, conflitos e migração em massa, impulsionados por ondas de calor, incêndios florestais, tempestades e enchentes – como a do Rio Grande do Sul. Mas, no caso, é a política, conjugada com os cálculos e projeções da ciência, que pode fazer a diferença para um futuro com mais ou menos catástrofes naturais, climáticas e ambientais. Os relatórios

do IPCC estão no olimpo das análises sobre mudanças climáticas. Em geral são avaliações aprovadas pelos governos. E, como descreveu o Guardian, suas evidências demonstram que muitas das pessoas mais bem informadas do planeta esperam o caos climático.

Um relatório de 2022 mostrou, por exemplo, que diante de um aquecimento de 1,5°C, cerca de 350 milhões de pessoas estarão expostas à escassez de água devido a secas severas. Com 2°C, esse número sobe – e outros milhões estarão expostos a ondas de calor extremas. Aumento das chuvas torrenciais e furacões, redução do gelo e clima desértico em alguns países são algumas das projeções realizadas pelos cientistas. O melhor é não pagar para ver: cada fração de grau evitada na temperatura global pode reduzir o nível dos problemas no futuro.

Esse é um desafio gigantesco para a ciência, para os governos e, sobretudo, para as finanças globais. Com as projeções atuais, o financiamento climático global precisará ampliar para cerca de US\$ 9 trilhões por ano até 2030, acima do quase US\$ 1,3 trilhão em 2021-2022, de acordo com um relatório do Climate Policy Initiative. Não se trata de um número aleatório: são cálculos realizados a partir das mudanças que o novo clima exigirá. Para citar um exemplo, a International Renewable Energy Agency (Agência Internacional de Energias Renováveis) estima a necessidade de gerar anualmente, até 2030, 1.000 gigawatts de capacidade de energia renovável. Sem falar na adaptação da infraestrutura das cidades, na maior eficiência em energia de edificações e na restauração de ambientais naturais, como a reconstrução das cidades destruídas pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

Exatamente por não ser fácil nem barato que metas e acordos políticos – mesmo se não cumpridos – são fundamentais. É uma forma de o mundo ter parâmetros, limites e responsabilidades, de modo a dimensionar fracassos, mensurar avanços e, afinal, saber quem está sendo mais ou menos negligente com a humanidade.

O pessimismo dos cientistas climáticos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo: 16 mai. 2024. News.